



Ao Presidente do ICMBIO,
Roberto Vizentin

DIGITAL
090 9717

Ao Diretor de Ações Socioambientais e consolidação Territorial do ICMBio
João Arnaldo Novaes

c/cópia para o Ministério Público Federal em Altamira e IBAMA

14 de abril de 2015

Nós, Beiradeiros, moradores tradicionais das Reservas Extrativistas Rio Xingu, Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio representados por suas associações dos moradores da Reserva Rio Xingu (AMOMEX), Rio Iriri (AMORERI) e Riozinho do Anfrísio (AMORA) escrevemos esta **carta para** informar o ICMBIO, o IBAMA, o Ministério Público Federal **sobre os impactos negativos que a instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) tem gerado sobre nossas condições de vida, de acesso a serviços de saúde, educação, moradia e segurança.**

Viemos informar o ICMBIO dos impactos que estamos sofrendo, abaixo descritos e solicitar que o ICMBIO encaminhe ao IBAMA, órgão licenciador, a solicitação de medidas urgentes de mitigação e compensação que diminuam o sofrimento do povo da Terra do Meio, buscando evitar que muitas destas situações continuem se repetindo e agravando.

1. Aumento da dificuldade de acesso aos serviços de saúde na cidade de Altamira

Estamos vivenciando uma situação de significativa piora no **acesso ao sistema de saúde pública** durante os últimos três anos. O aumento do fluxo populacional em consequência da construção da usina vem gerando pressão nos hospitais e postos de saúde da cidade de Altamira, tendo como principal consequência a superlotação,



aumentando muito o tempo para o atendimento na cidade e muitas vezes não conseguindo o atendimento necessário

Apesar da atenção básica de saúde nas Resex ter melhorado durante os últimos anos, ainda está muito aquém de nossas necessidades, e isso nos obriga permanentemente a ir à cidade em busca de atendimento, muitas vezes básico, de assuntos que poderiam ser resolvidos nos postos de saúde das próprias Resex, se já estivessem funcionando plenamente. Dessa forma, continuamos indo para a cidade procurar atendimento, mas agora somos obrigados a ficar longos períodos de tempo, em um momento em que a cidade está muito cara, excessivamente cheia e especialmente insegura.

Os moradores das reservas extrativistas viajamos grandes distâncias -de 2 a 10 dias dependendo da época do ano e embarcação - para buscar atendimento na cidade, principalmente para consultas e serviços de média e alta complexidade e, quando chegamos, nos deparamos com os postos de saúde e hospitais lotados, com longas filas de espera para atendimento. Em alguns casos, mulheres ribeirinhas grávidas já chegaram ao limite quase ter o filho na sala de espera pela ausência de leitos para partos disponíveis, algumas tiveram os filhos na casa de apoio, sem conseguir chegar a algum hospital. Antes do grande inchaço populacional tornar a lotação dos hospitais uma realidade constante e perene, até três anos atrás, era possível conseguir agendar consultas e exames em alguns dias após a chegada em Altamira.

O que antes se fazia em uma semana, hoje se realiza, com sorte, em, no mínimo, quinze dias, mesmo contando com o apoio da Divisão de Assistência de Saúde (Secretaria Municipal de Saúde de Altamira). A ausência de acesso prioritário aos ribeirinhos nos hospitais e Unidades Básicas de Saúde, que ainda não é realidade consolidada nas políticas públicas, é agravada com a nova realidade urbana provocada pela instalação do empreendimento.

1.1. O atendimento básico de saúde dentro das Resex melhorou, mas ainda é insuficiente

As Resex ainda estão estruturando suas unidades de atendimento básico à saúde nas comunidades. Dos três postos de saúde que estão operantes nas três Resex, que contam

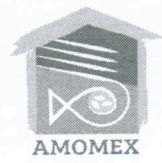


apenas com técnicos de enfermagem, desde setembro de 2014 (nas localidades do Manelito, Morro do Anfrísio e Gabiroto), apenas o do Riozinho do Anfrísio conta com Agentes Comunitários de Saúde, fundamentais para o trabalho preventivo e continuado junto às famílias. Assim, há grande necessidade de ampliação do quadro da equipe de saúde à família, no atendimento básico nas Resex.

Apesar dos nossos avanços em saúde, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) de saúde nas Resex cobrem apenas o atendimento básico à saúde, quando a técnica de enfermagem está no posto, com foco em algumas questões preventivas e de baixa complexidade. Com esses postos, já vem sendo possível ter atenção às questões básicas nas localidades onde estão instalados. Porém, de acordo com o enfermeiro Ney Carvalho (Secretaria Municipal de Saúde de Altamira), que acompanha questões de saúde dos ribeirinhos, a estrutura é insuficiente, faltam pelo menos mais três postos de saúde para garantir uma cobertura mínima no território das Resex e pelo menos duas técnicas de enfermagem por posto de saúde para que a Unidade de Saúde não fique vazia, além de equipe com médico, enfermeira, dentista que faça trabalho itinerante nas Resex.

Porém, algumas comunidades ficam distantes dos postos de saúde já implementados nas Resex e, algumas famílias delas acabam utilizando o atendimento de Unidades de saúde nas Terras Indígenas mais próximas como a TI Cachoeira Seca e TI Xipaya no rio Iriri; TI Apterewa e TI Araweté no Rio Xingu. Esses postos possuem estrutura completa com técnicos de enfermagem, rádio, equipamentos, vacinas, remédios e equipe itinerante de saúde com médico e dentista. Acreditamos que **o ideal seria as Resex obterem pelo menos o mesmo apoio de estruturação e atendimento nos postos de Saúde que hoje existem nas Terras Indígenas para ter continuidade, adequação e eficiência da atenção à saúde.**

As questões de média e alta complexidade, como hipertensão arterial (fator predominante em todas as áreas de Resex), por exemplo, principalmente na população mais idosa, continuam requerendo a ida à cidade.



Com a dificuldade já conhecida de ir até Altamira e não conseguir passar em consulta e fazer exames, muitas pessoas tem deixado de ir à cidade fazer o acompanhamento médico que deveriam. Sem o controle e acompanhamento sobre a saúde de forma continuada, agravado pela ausência dos agentes de saúde nas Resex, muitas pessoas deixam de saber problemas de saúde que já possuem e as vezes não se manifestaram, ou mais grave ainda, mesmo de acompanhar alguns problemas como pressão para preveni-los ou cuidá-los. O efeito disso é um descuido com a saúde que pode levar a situação graves de doença e mesmo a morte.

Em 2014, apenas na Resex do Rio Iriri houve quatro casos de “Derrame” - Acidente Vascular Cerebral (AVC), doença que decorre, muitas vezes de hipertensão arterial, sintoma que requer acompanhamento constante, e que pode se manter sob controle, se realizados os exames de rotina e mantidos os medicamentos certos. Como acessamos os postos de saúde em Altamira de maneira não regular, não temos vínculo com os médicos que nos atendem, o que não permite o acompanhamento do nosso histórico de saúde, dificultando diagnósticos e tratamentos.

Pelo fato de não morarmos em Altamira, nossa entrada nas UBS poucas vezes é feita via agendamento de consulta, e sim por meio de retirada de senhas (atendimentos extras considerados “demanda espontânea” dos postos de saúde). Precisamos chegar às vezes 5 horas da manhã na fila para garantir uma senha de atendimento, o que é extremamente custoso e penoso, principalmente para mães com crianças pequenas. Em muitos casos, é apenas permitida a retirada de duas senhas por família e, quando mais pessoas de uma família precisam de atendimento, precisam retornar em um outro dia ao posto de saúde, aumentando ainda mais o tempo de estadia na cidade.

Por tudo o exposto temos certeza de que **as UBSs construídos em Altamira e a construção do novo hospital municipal não são suficientes para reduzir ou evitar o impacto da pressão do aumento populacional nos hospitais e UBSs, o que afeta e impacta os Beiradeiros , pois nossa necessidade de atendimentos de média e alta complexidade se manteve, ao mesmo tempo em que houve uma redução da capacidade de atendimento na cidade.**



1.2. Os custos para acesso à saúde na cidade ficaram inalcançáveis às famílias ribeirinhas

O custo de permanecer na cidade esperando atendimento é muito alto para as famílias ribeirinhas, principalmente com alimentação e transporte, que sofreram um grande aumento de preços na cidade depois da chegada da obra, estando todas as coisas muito caras. Para uma família de cinco pessoas ficar um mês, hoje, na cidade, se gasta ao redor de 3 mil reais sendo que, há três anos atrás, era possível permanecer esse mesmo tempo com menos da metade desse valor.

Além disso, permanecer um longo tempo na cidade implica em deixar de realizar as atividades produtivas na floresta como a roça, a pesca, a coleta da castanha, da seringa, dentre outras, que geram renda e garantem a subsistência das famílias ribeirinhas gerando prejuízos financeiros graves.

Um caso emblemático foi a família de Givanilda Aguiar Rocha e João Neto de Jesus dos Santos, moradores da Resex Riozinho do Anfrísio. No ano de 2012, a família teve que permanecer seis meses em Altamira esperando o processo de encaminhamento de uma operação para retirada de pedras da vesícula. Durante esses seis meses, eles perderam o tempo de plantar roça para a feitura da farinha que seria consumida no ano seguinte, além de perderem a criação de galinhas. Assim, a família teve que comprar farinha para sua subsistência em 2013. O valor do prejuízo girou em torno de 20 mil reais, fora os gastos da família de seis pessoas na cidade durante esse período.

Outro exemplo que ilustra a perda de safra é o da família de Raimunda Nonato Araújo e Gelson da Silva, moradores do Rio Iriri, na região onde hoje está a ESEC Terra do Meio. Em fevereiro de 2015, vieram para Altamira realizar consulta e exames na expectativa de permanecerem dez dias na cidade. Com a demora de atendimento do posto de saúde, e para realizar os exames (que tiveram que pagar para fazer no sistema particular, inclusive), acabaram permanecendo um mês na cidade e perderam o tempo certo de entrada na floresta para a coleta da castanha. O atraso na entrada rendeu apenas



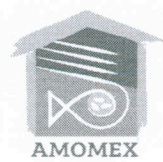
47 caixas de castanha, sendo que eles esperavam coletar o dobro, e esse prejuízo foi estimado pela família em torno de 5 mil reais.

O custo total do que se gasta em Altamira e do que se deixa de ganhar nas Resex tem se tornado extremamente oneroso para as famílias. Não possuindo condições financeiras de permanecer longos períodos na cidade, as famílias têm sido obrigadas a utilizar o **sistema de saúde privado** em busca de agilidade no atendimento, para poder retornar o quanto antes para as Resex, aumentando suas dívidas com patrões muitas vezes. Tanto para consultas como para exames, o sistema privado tem sido a única opção de garantia de atendimento, e mesmo assim, ainda demora pois a pressão da demanda também já chegou ao sistema particular.

Consultas médicas especializadas, como um cardiologista, por exemplo, custam, atualmente, no mínimo R\$ 200,00 e exames médicos especializados em torno de R\$ 100,00. Boa parte das nossas famílias não possuem condições de arcarem com esse custo e acabam voltando para casa sem fazer todos os exames, sendo compelidas a escolher, sem orientação, quais exames são os prioritários. Muitas pessoas que vem à cidade e recebem a recomendação de realizarem oito exames, por exemplo, voltam para a comunidade tendo realizado dois ou três, no máximo, muitas vezes nenhum, tendo que aguardar uma próxima vinda com mais recursos para custear os que faltaram.

Assim, os diagnósticos ficam incompletos prejudicando o tratamento das doenças, podendo agravar situações já difíceis que poderiam ser resolvidas e curadas com um diagnóstico e atendimento completos em uma única visita à cidade. Muitas pessoas, inclusive, por não terem condições de esperar o atendimento na cidade retornam às Resex ainda doentes, sem ter o tratamento adequado, correndo sérios riscos de vida

No caso de tratamentos longos ou cirurgias na cidade, algumas famílias tem, também, que reordenar sua vida entre as Resex e a cidade por meses. Com o atual longo tempo entre diagnosticar, agendar e realizar uma cirurgia, por exemplo, algumas famílias precisam alugar casas na cidade para se hospedarem antes e no pós-operatório e, dependendo da gravidade, precisam deslocar membros da família para morar



temporariamente na cidade. Além do custo financeiro, esse fator modifica a dinâmica familiar ribeirinha gerando significativos impactos econômicos, emocionais e psicológicos das famílias. Um exemplo disso é o caso de Lúcia Helena, moradora da comunidade Soledade, senhora que precisou realizar uma cirurgia de retirada no apêndice e teve que esperar cinco meses na cidade desde o diagnóstico até a realização da cirurgia, o que obrigou sua família a alugar uma casa em Altamira. Outro caso foi o do Sebastião Freire dos Santos, com câncer nos olhos e outros problemas que passou dois anos na cidade, morrendo por falta de assistência, caso bem documentado pela mídia local.

2. Agravamento e perda de Moradia Sazonal

Muitos ribeirinhos, que possuíam também uma casa na cidade de Altamira para apoio, estão passando pelo processo de realocação urbana, deixando suas casas nas áreas diretamente afetadas (os “baixões”) e indo morar nos novos bairros do Reassentamento Urbano Coletivo – RUCs. Porém, na cidade de Altamira não existe transporte público e sentimos uma grande dificuldade pela distância dos novos bairros ao centro urbano e ao rio, por onde chegamos de viagem. A grande maioria de nós não possui transporte próprio e um táxi pode custar até R\$ 50,00 a viagem do centro até o RUC. Isso impacta o acesso a todo tipo de serviços públicos incluindo o serviço de saúde. Quem vem à cidade para um tratamento ou consulta acaba se hospedando na casa nova no RUC e precisa arcar com a locomoção até o hospital, por exemplo. Permanecendo algumas semanas na cidade esse custo fica muito caro, e passa a ser insustentável.

Também nos sentimos impactados com os processos de negociação das casas urbanas que nós ribeirinhos possuímos e que estão sendo removidas pela Norte Energia, nas áreas inferiores à cota 100. Essas casas na cidade são as nossas casas de apoio para os donos e seus familiares que vem à cidade, inclusive sendo usadas pelos filhos mais velhos quando vem estudar em Altamira (principalmente no ensino médio).

Durante o processo de cadastramento dos imóveis e de negociação com a Diagonal (representante da Norte Energia nos processos de realocação), muitos ribeirinhos



escutaram que não teriam direito a uma casa no reassentamento urbano pois já possuíam uma casa na Resex e que a casa na cidade não era considerada “moradia permanente”. Nosso modo de vida, particular e específico, foi desconsiderado nesse processo pois a Norte Energia considera moradia apenas o local habitado permanentemente ao longo do ano pelos moradores. Essa falta de sensibilidade para as particularidades da região por parte da Norte Energia gerou muito desgaste a nós.

Muitos dos proprietários de casas nos baixões, que acabaram, depois de processos de argumentação e resistência, conseguindo casas nos bairros novos (RUCs), hoje se mudaram e sentem desconforto pois essas casas não garantem a manutenção do nosso modo de vida original, pois ficam muito distantes do rio. Antes, chegávamos das Resex e podíamos ir a pé para nossas casas e, perto da rua peixaria, vender o pescado que trazíamos, por exemplo. Além disso, as casas eram próximas do centro, fundamental para o acesso à rede de serviços públicos da cidade.

As nossas casas de apoio foram substituídas por casas nos RUCs sem nenhum tipo de diferenciação e distantes entre si. Perdemos boa parte dos laços de vizinhança que possuíamos nos antigos bairros, com vizinhos de Resex e da cidade, senso esse impacto social impossível de ser recompensado.

Como ainda não foi construído o reassentamento próximo à área do rio Xingu (RUC Pedral), para o qual alguns ribeirinhos desejariam se mudar, estamos nos adaptando à nova realidade, e arcando com o ônus da inexistência de transporte público na cidade de Altamira e o aumento de gastos pelo custo da distância de nossas novas casas.

Somado a isso, os processos longos de negociação foram marcados pela incerteza e falta de clareza e informação. Diversas famílias precisaram ficar meses na cidade aguardando a convocação da empresa Diagonal para a negociação da casa e, depois, para o agendamento da mudança para o RUC. Esse tempo, que chegou a ser de até nove meses, como no caso de Herculano Porto, da Resex Riozinho do Anfrísio, também gerou o custos altos entre a manutenção na cidade e a perda de renda das atividades na floresta que tiveram que ser abandonadas.



Adiciona-se a isso, o fato de que o processo de retirada das famílias e demolição das casas nos baixões e igarapés tem sido realizado de forma desordenada. Ao invés de removerem ruas inteiras ao mesmo tempo, estão tirando casas aleatórias e esvaziando ruas aos poucos, cortando água e luz, mesmo com casas habitadas ainda remanescentes. Esse esvaziamento tem tornado muitas vias perigosas, e muitos de nós que temos casas em nessas ruas estamos hoje preocupados e com medo da violência e da insegurança.

Outro ponto fundamental é a importância das **Casas de Apoio das Resex**. Essas são casas coletivas que funcionam como moradia para as famílias que precisam se hospedar temporariamente na cidade para acessar os serviços públicos, e que não possuem casas próprias na cidade. As famílias ocupam a casa de forma permanente e alterada e consideramos essa casa como uma extensão de nossa moradia na reserva extrativista. Passamos parte do tempo na floresta e parte na cidade, e entendemos que possuímos uma só moradia estendida.

A casa de apoio da Resex Rio Iriri, utilizada por quase 70 famílias, está na área afetada por Belo Monte e, até o momento, não foi concluída a negociação para a aquisição de um novo imóvel. Assim, as famílias do Iriri estão se utilizando da casa de apoio da Resex Riozinho do Anfrísio, no centro da cidade, o que vem gerando uma situação de desconforto com a superlotação da casa, que não tem estrutura para receber esse adicional de famílias.

Somado a isso, sentimos que essa situação agrava os riscos à saúde, especialmente das crianças, pois onde estão muitas pessoas concentradas há condições insalubres e vetores de doenças, favorecendo principalmente o contágio de infecções respiratórias.

Sabemos que a implementação dos programas do PBA, como o de realocação e reassentamento, não pode afetar o modo de vida dos atingidos pela usina, direta e indiretamente. **É fundamental que se dê uma solução rápida à casa de apoio do Iriri pois o impacto da remoção está gerando uma situação de incomodo, com**



higiene precária, envolvendo famílias de outras comunidades com o uso da casa de apoio de outra Resex.

3. Aumento da pressão sobre recursos naturais nas Resex

Por fim, sabemos que a pressão por recursos naturais (caça, pesca, madeira) nas Resex aumentou e devem aumentar mais ainda com os deslocamentos compulsórios de moradores sem alternativas de moradia, e com a desativação dos canteiros de obras e a permanência de muitos trabalhadores na região, entre outros.

A Resex Riozinho do Anfrísio vem sofrendo com o aumento da exploração ilegal de madeira, que se cresceu muito desde 2012, como temos denunciado em repetidas oportunidades ao Icmbio. Este órgão sabe que madeireiros e grupos criminosos têm aberto estradas clandestinas, e aumentando as frentes de extração ilegal da madeira dentro das Resex, o que tem provocado um processo de degradando das florestas de nossa região.

Esse roubo de madeira muito nos preocupa pois coloca em risco a integridade da Reserva e de nossa cultura extrativista. Nos últimos três anos, em paralelo à instalação da usina, temos observado o crescimento dessa prática e sabemos que a degradação florestal nos traz prejuízos ambientais, econômicos e socioculturais, presentes e futuros.

Diante desse cenário de impactos, prejuízos, incertezas e inseguranças sobre as condições de vida e renda dos povos e comunidades tradicionais das Reservas Extrativistas, **queremos o apoio do ICMBIO para encaminhar esses impactos ao IBAMA e quando necessário melhor qualificação (descrição, mensuração, espacialização) e aprofundamento da avaliação dos impactos negativos aqui descritos, e seu devido encaminhamento dentro do processo de licenciamento ambiental para o IBAMA.**

Agradecemos a atenção e consideração.